

Roteiro dos monumentos históricos e artísticos de São Paulo*

Luís Saia

Para o estudo, apreciação e consideração dos monumentos paulistas da história e de arte, não podemos aceitar os critérios e padrões armados para sustentar esquema de formação histórico-sócio-econômica totalmente diversos daqueles que assistiram ao nosso passado regional e que, além de não conterem nenhuma verdade incontestavelmente universal, não apresentam valor operativo algum capaz de socorrer a composição de armaduras teóricas úteis ao esforço de nossa valorização histórica e instrumentação cultural. Como povo, como sociedade, como economia, como cultura e, a fortiori, como política, ocupamos nesses esquemas aquela posição incômoda e inaceitável de inferioridade subdesenvolvida que rechaça qualquer pretensão de qualidade e de personalidade. Na verdade, tais esquemas representam uma seleção interessada de aspectos da realidade e um grupo de conceitos, tanto uns como outros extraídos da familiaridade com os acontecimentos e sucessos em cuja estrutura a participação das antigas colônias europeias é apenas circunstancial.

E estão irremediavelmente marcados pela intenção de valorizar o colonizador e pela divisão internacional do trabalho pressuposta nessa tarefa. Numa, se oferece como ponto culminante o herói, o grande gesto, a batalha decisiva: noutra, se aprisiona a visão da atividade criadora ao periodismo duvidoso do clássico, do romântico e do barroco.

Quando o extraordinário esforço do pensamento contemporâneo, voltado à defesa desses critérios e padrões, é duramente atingido pelas contradições do seu parcial interesse a resultantes da sua vinculação aos cânones da lógica clássica, todo o aparente objetivismo dos estudos tradicionais de história e de arte é substituído pela magia intuicionista. Pretende-se assim, destruir impiedosamente a

ação da inteligência em benefício da manutenção intransigente desses esquemas indispensáveis para a conservação de um status no qual a divisão internacional do trabalho e a dependência cultural dos povos mestiços são eficientemente preservadas.

É claro que não podemos aceitar tais esquemas, tais critérios e padrões, e que devemos pesquisar outros, mais conformes ao nosso próprio ângulo de visão dos acontecimentos, mais consequentes com as nossas preferências no domínio da criação artística e mais adequados à valorização daquilo que, como povo, como sociedade e como cultura reputamos e compreendemos.

Assim, despreconceituados em termos de raça, de filosofia, de economia e de política, sem necessidade de grandes heróis, de grandes batalhas decisivas, de grandes gestos e libertados afinal do periodismo exclusivista, podemos, calma e confiantemente, pesquisar os sucessos e motivos que fizeram deste povo, um povo também - capaz de criar, um povo também capaz de pesquisar suas próprias condições de progresso, um povo capaz de escolher e definir aquelas condições limites indispensáveis para a conquista de um melhor nível de humanidade. E também capaz de extrair dessas condições limites um rendimento compatível com suas pretensões de civilização e liberdade.

Não parece, afinal, tão difícil e impossível abandonar o jugo de esquemas e padrões já obsoletos mesmo na Europa. A verdade é que, quando se iniciou a colonização, a própria Europa abandonava o mundo da magia e do artesanato, do feudalismo e da escravidão, para voltar seu pensamento e sua ação para a ciência e para a técnica, para o capitalismo e para o colonialismo. A colonização se realizou pois, de conformidade com as proposições resultantes

* Conferência realizada em 22.11.1961, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Guarujá Bertioga*, n. 1, 1969, páginas 80-110.

dessa nova fase de ação e do pensamento e nela se reflete, portanto, uma problemática de natureza particularíssima, com eventualidades que nada contém de caráter universal definitivo. Agora, exatamente no instante crucial em que a humanidade passa da época da técnica, da ciência tradicional, do capitalismo, do colonialismo e do imperialismo para o mundo da tecnologia, ultrapassando os limites da lógica clássica, o que permite à ciência a pesquisa de novos horizontes, se assiste o declínio definitivo do colonialismo, se aceita, uma revisão substancial do problema da divisão internacional do trabalho e se luta pelo fim próximo do imperialismo, exatamente nesse momento parece legítimo reconhecer que o abandono dos esquemas, critérios e padrões já obsoletos e ultrapassados, constituem uma preliminar para a análise daqueles fatos ou coisas de que dispomos como patrimônio histórico e artístico.

Dos dois caminhos disponíveis para intentar esta pesquisa, preferimos estabelecer, como hipótese de trabalho, uma procura das teses - que caracterizaram a formação paulista, para o que procuramos determinar os sucessivos períodos da colonização na sua expressão regional. Tais divisões dizem respeito exclusivamente a acontecimentos que se verificam da área do atual estado de São Paulo. Apesar deste estreito ponto de partida, tal pesquisa pode, eventualmente, alcançar âmbitos mais generosos, nacionais, ou mesmo abordar ou refletir fenômenos de caráter universal.

Num primeiro período, até 1554, toda a ação se realiza como um fenômeno de impacto entre a coisa europeia e o ambiente americano. É, na verdade, um fato quase inteiramente europeu, embora já as suas barbas a experiência de mestiçagem de João Ramalho e a escolha (também mestiça) do futuro sítio urbano de São Paulo, pronunciaram os acontecimentos posteriores. A tese principal deste período é a tese de uma exploração mercantilista. Sua expressão mais clara foi a tentativa de instalar no litoral paulista a produção de açúcar em moldes industriais e coloniais. Essa tentativa, promoção oficial, a cuja testa estava o próprio Martin Afonso de Souza, continha em germen uma forma de capitalização que depois fez carreira no mundo capitalista. A Cia. dos Armadores do Trato, fundada por aquele doutrinário, renunciava a formação das sociedades anônimas, como aquela que os holandeses armaram para arrecadar

compulsoriamente o financiamento da sua aventura nordestina.

Essa tese de exploração mercantilista desta parte da colônia portuguesa foi negada pelas condições topográficas e pedológicas do litoral santista. Dele nos resta apenas um testemunho nas ruínas do engenho São Jorge dos Erasmos, hoje propriedade da Universidade de São Paulo, aguardando pacientemente uma iniciativa governamental que os usineiros municariam financeiramente de bom grado e com evidentes - perspectivas psicológicas. O que mais resta deste período heroico da instalação europeia no litoral paulista são nomes que a história registrou mas que o homem não transformou com marca duradoura: Porto das Náus, Cananéia, Bertiooga, etc.

Como tese ancilar, a penetração territorial, segundo a técnica europeia de guerra e de conquista, também foi negada: a expedição de Pedro Lobo, promovido também por Martin Afonso de Souza, desapareceu nos sertões e não deixou de si senão aquela negativa surda e definitiva com que a história marcou as tentativas malogradas de operações ortodoxas em território paulista. Este tipo de negativa inaugura uma espécie de comportamento regional cada dia confirmada todas as vezes que se intentar realizar a repetição esdrúxula de formulações teóricas estranhas ao ambiente regional, enquanto é raro se regateie endosso às iniciativas que acolhem um conteúdo interpretativo extraído legítima e diretamente das específicas condições regionais.

Outra tese ancilar deste período foi a da sede simbólica de São Paulo no planalto, num local de há muito preferido pelos indígenas como fulcro fixo de suas andanças. Dois fatos desta escolha parecem realmente significativos. Em primeiro lugar, o guia que trouxe o colonizador ao futuro sítio urbano de São Paulo foi um mestiço, filho primogênito de João Ramalho; em segundo lugar, a preferência por um ponto que é o centro virtual de um compartimento geológico bem definido, é o tipo de preferência largamente repetido ao longo da formação paulista.

A tese principal do segundo período, que vai de 1554 até 1611, ano do estabelecimento de Parnaíba e Mogi das Cruzes, é a tese da mestiçagem. Mestiçagem de tudo, de gente, de técnica militar, de dieta alimentar, de linguagem, de estilo de

vida. A experiência positiva da família de João Ramalho, a indispensável, e cada vez mais acentuada, participação do indígena na vida do colonizador, o alheamento da metrópole desinteressada de uma região falta de substância econômica - que alimentasse suas intenções mercantilistas, o sucesso das tentativas de montagem de poder com base na conveniência com os nativos, são esses os fatores que contribuem para instalar em Piratininga uma problemática com um mínimo de caráter europeu. Sem ouro, sem pau-brasil, fracassada a experiência de produção volumosa de açúcar, a sociedade paulista se vê abandonada à própria sorte e disposta a construir seu próprio destino.

Essa mestiçagem representa um contraste com o que acontecia então na América espanhola, onde a técnica de destruição do indígena atingiu níveis porventura maiores do que os conseguidos pelo europeu - na África. E contrasta também com o que acontecia nas demais partes da América Portuguesa, como no Nordeste, por exemplo, onde desde logo o escravo indígena foi substituído pelo elemento africano.

Esta solução de mestiçagem intensiva constituiu um suporte fundamental para os sucessos posteriores, e a sua importância no comportamento dos habitantes de Piratininga pode ser avaliada pela disseminação do sangue indígena nos principais troncos das antigas famílias paulistas, pela influência na nomenclatura geográfica e pela permanência pertinaz de traços de temperatura indígena nos paulistas dos séculos posteriores.

Um comportamento despreconceituado e destemeroso da ação ultramarina é, sem dúvida, uma componente fundamental da tese ancilar de dessacralização da formação regional. De fato, ao sentido carismático da ação religiosa, que alcançava expressões tão explícitas no esforço - dos jesuítas na América do Sul e dos franciscanos no México, se opôs, em São Paulo, uma ação colona de sentido dessacralizante, fundada na montagem de uma estrutura social de caráter feudal-militar. Aos aspectos utópico e idealista que norteavam a ação dos franciscanos e jesuíta, e para cuja explicação não é possível esquecer as ligações dessas Ordens com os utopistas que saltavam a cada canto do pensamento erudito europeu, se opõe um quadro social carregado de reminiscências feudais,

insuflado pelo imediatismo biológico e facilitado pelas perspectivas regionais de conquista do poder com base na posse de escravos e nas possibilidades locais de liderança. O fator posse da terra, ao contrário do que acontecia nas demais partes da América, é um fator negligenciado. Uma dessacralização, como se vê, sem o fundo averroista que marcava as tendências dominantes no Norte da Europa, em luta contra Florença e Roma; mas também sem a coloração fibonacciana e mercantilista que anunciava o nascimento do capitalismo moderno.

Nesse quadro fundamental, os muros de taipa que cercavam a antiga Piratininga e representavam, de certo modo, a tentativa de imitação da técnica ortodoxa que animava a colonização oficial, foram menosprezados, arrebatados e jamais consertados, como frequentemente se queixavam os camaristas. Esses muros simbolizavam a instalação teórica de Martim Afonso de Souza e as pretensões dos jesuítas, e foram negados pela solução colona, sem muros, sem baluartes, sem cidades, mas com uma produção volumosa de mestiços que rapidamente permitem surjam soluções peculiares e positivas para os problemas regionais de colonização. A teoria do baluarte cercado, destinado a explicitar o sentido de posse da colonização portuguesa, se opôs a solução biológica prática e o retorno às formas já obsoletas do feudalismo e de organização primitivista da sociedade.

Deste período da formação paulista nada restou senão a lembrança dos locais dos estabelecimentos então fundados, provavelmente em termos tão precários e tão próximos da técnica indígena que o tempo tudo demoliu e arrasou, menos aquele entranhado espírito ambulatório que bem mais tarde espantaria, e muito, ao conde de Assumar. Carapicuíba, uma aldeia de índios fundada nesta fase da vida paulista, tanto andou de cá pra lá, antes de encontrar um pouso definitivo, que muitos historiadores se confundem quanto ao local da sua instalação. Santo André da Borba do Campo, provavelmente em local hoje imerso no reservatório do Rio Grande, já em fins do século passado desafiava a faina pesquisadora de Teodoro Sampaio, que tentou inutilmente localizá-la. No litoral, sempre mais vinculado às coisas da Metrópole e, por isso, tão descasado da civilização paulista, sobram algumas imagens e talvez umas colunas de talha. Coisa mais de português no Brasil do que de paulista. A

primitiva São Vicente foi tragada pelo mar, o antigo bastião de Hans Staden substituído, as primitivas capelas desaparecidas.

O terceiro período (1611-1727) se inicia quando surgem os resultados das dissensões entre colonos e que alguns destes se estabelecem de modo a criar novos pontos focais da gente paulista. Mogi das Cruzes e principalmente Parnaíba são os pontos preferidos. O “território” no qual se disseminavam os paulistas já está então perfeitamente definido, bem assim a forma deles se distribuírem. Esta escolha de novos pontos focais da vida regional líquida as tentativas de concentrar a vida paulista num estabelecimento urbano (Piratininga) e marca o início da atuação dessa sociedade que se montara segundo moldes estranhos e mesmo contrapostos às teses oficiais de colonização. Essas teses repartem a influência ibérica entre a saída carismática dos jesuítas e a solução mercantilista do governo metropolitano. Esta fora posta à margem com o malogro da indústria de açúcar; aquela fora extirpada pela adoção de uma fórmula espacial de sede de substância dessacralizada e pela mestiçagem intensiva. O paulista como que englobou tais teses num único polo e lhe antepôs um tipo de estrutura demográfica e uma família de soluções político-econômicas que constituíam mais frontal negação ao binário urbano-rural.

O binário urbano-rural constituía, nessa época, em pleno século XVII, a tese mais cara ao mundo que orbitava em termos europeus, inclusive e principalmente no que dizia respeito às instalações de conquista. A ocupação das “vacareis”, o remanejamento dos núcleos existentes e o desenvolvimento geral da população urbana, inclusive por motivo das franquias e da relativa liberdade que aí conquistavam os “servos da gleba”, o comércio e os novos termos do mercado e da produção, transformaram a temática urbana em tônica da Europa pós Renascença. De qualquer modo, porém, as preliminares de divisão da terra estavam de antemão estabelecidas e o estabelecimento do binário urbano-rural é apenas uma nova forma de gregarismo da população europeia. Na América, o fenômeno é totalmente novo, desde as suas raízes abstratas de divisão de terra, até as formas adotadas para instalar as cidades. Se na Europa o quadro geral de ocupação de terra já estava esboçado e comprometido, na América está sujeito de um lado às imposituras de ordem erudita, como é o caso

da aplicação das *Leyes de lo Reyno de las Índias* na América Espanhola, enquanto que as condições empíricas da colonização podiam, em alguns casos, demonstrar o predomínio de fatores regionais e locais, como é o caso da solução paulista.

Pelo menos duas ações de ordem erudita inspiraram a colonização ibero-americana: a associação das ordens religiosas com as utopias e os preceitos hipodâmicos revelados pelos *Dez Livros de Vitruvio*. Os jesuítas e os franciscanos foram os portadores das ideias respectivamente de Campanella e Tomaz Morus e o reticulado hipodâmico, que sempre estivera aliado, desde a sua criação por Hipodamus de Mileto, ao imperialismo colonizador, assumiu um caráter dominante na legislação que pretendia disciplinar a instalação espanhola na América. As *Leyes de lo Reyno de las Índias* traduzem e acolhem, literalmente, capítulo poliano referente à instalação de cidades.

A ideia de concentrar os índios numa “aldeia grande”, sob o controle dos padres da Companhia, e onde a mestiçagem encontraria empecilhos de vulto, como ficou evidenciado no exemplo das Missões, matrisava a tese jesuítica para São Paulo.

Os colonos, entretanto, caminhavam noutra direção, preferindo se distribuir sobre um território relativamente vasto, com um raio de aproximadamente 50 quilômetros a partir daquele ponto já endossado como sede oficial. Os índios e mestiços acompanhavam nessa distribuição, quer como peças de serviço na escravaria das fazendas, quer como “almas administradas” das inúmeras aldeias que repetiam o estilo dos estabelecimentos colonos. Mais tarde, esse raio foi estendido para mais de 100 quilômetros, porém já numa época em que a decadência marcava, com seus sinais iniludíveis, o esfacelamento próximo deste estilo da formação regional.

Os “restos” de habitações das classes dirigentes paulistas do século XVII e começo do século XVIII o testemunho cabal desse estilo da sociedade paulista. Mesmo as habitações daqueles homens que exerciam importantes cargos de direção na governança da terra estavam localizadas em pontos afastados da “cidade”. Para esta, os homens somente ocorriam nas ocasiões de reuniões ou festas religiosas. Por outro lado, a precariedade das instalações urbanas

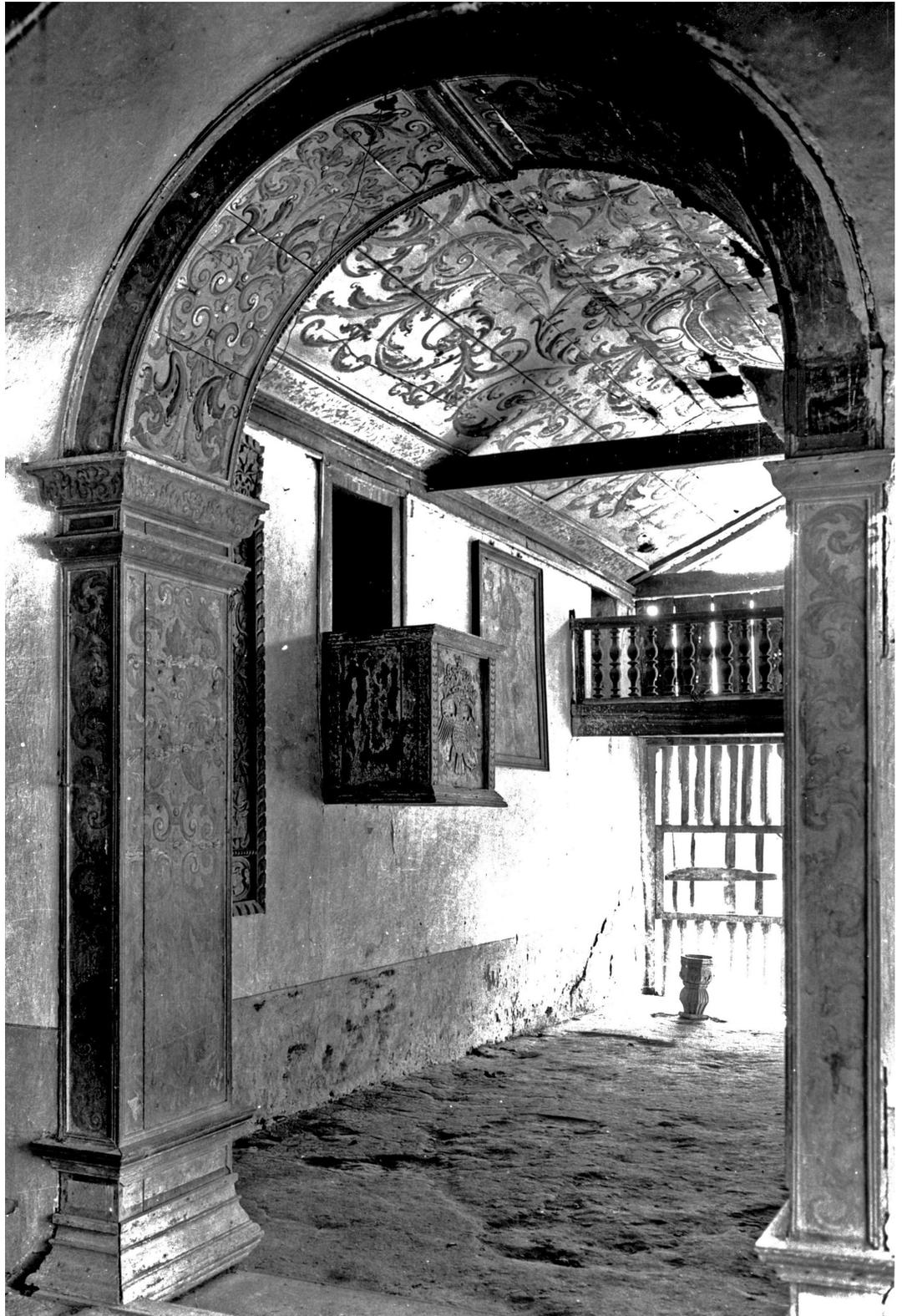


Figura 1: São Roque - Capela de Santo Antonio. Fonte: foto de Germano Graeser (1940) - acervo IPHAN.

é atestada pelas inelegíveis referências exaradas nas atas da Câmara e nos demais documentos que compõem a documentação escrita da época. A Casa da Câmara não existia como edifício próprio; abicava aqui ou ali, em moradas particulares, ao sabor dos acontecimentos. O reticulado urbano, que tanta expressão alcançava na América espanhola, e mesmo em certas partes da Colônia Portuguesa, era recusada pelos colonos mestiços de São Paulo.

O próprio Jesuíta, tão insistente e jeitoso nas táticas de luta, foi afinal envolvido pela tese que era contrária aos interesses da Companhia; as aldeias, que representavam uma tese ancilar da instalação paulista no século XVII, se aninharam na forma preferida pelos colonos, em círculos concêntricos e sucessivamente afastados de Piratininga. Na base deste envolvimento, estavam as doações de terras feitas pelos colonos mais afeiçoados à Companhia e nas quais os soldados de Jesus se instalavam bem ou mal. Geralmente mal, e longe de lembrar aqueles estabelecimentos carismáticos da República Guarani. Carapicuíba, Embú, São Miguel, Escada, Barueri, Itaquaquecetuba, etc., são aldeias que tiveram na doação de sesmaria colonos cuja incapacidade de desenvolvimento demonstrou não se enquadrarem exatamente na órbita das preferências regionais. O próprio fato destas aldeias perderem aquela fisionomia abstrata, que procedia do reticulado hipodâmico nelas experimentando, e que cedo cedia ante a pertinência dos fatores topográficos e das tendências normais da população, é mais um indício do domínio completo das teses dos colonos sobre a tese jesuítica.

Nas habitações da classe dirigente, únicas capazes de sobreviver à precariedade que perseguia as construções, a mestiçagem das soluções arquitetônicas é suficientemente visível para ser considerada e computada. Sistematizaram um projeto erudito, de procedência paladiana, tornando-o a temática central de um processo de evolução técnica e funcional capaz de retratar as condições internas desse período. E o único exemplar urbano deste tipo de morada, encontrado em Parnaíba e já restaurado pela DPHAN, tudo leva a concluir se trata apenas de uma adaptação do esquema geralmente utilizado na habitação dos maiores bandeirantes. Neste exemplar desapareceu exatamente aquela parte da morada tradicional que mais evidente vinculação possuía com o regime de

vida dos bandeiristas: a faixa fronteira. Esta parte da planta tipo se compõe substancialmente de um alpendre central e dois compartimentos laterais, uma capela e um quarto de hóspedes. Como planta, além da origem mediterrânea tradicional e do tratamento paladiano erudito, deve-se assinalar o seu comparecimento nas diferentes regiões de colonização ibérica. Pelo menos no Novo México, na Colômbia e no Paraguai, isto já foi denunciado bibliograficamente. Segundo informações ainda não documentadas, porém, de fontes responsáveis, o mesmo se verifica naqueles pontos do Oriente onde a presença ibérica ficou assinalada em “restos” arquitetônicos.

Funcionamento, dois fatos importantes devem ser indicados. Em primeiro lugar a já acusada sistematização desta planta pelos paulistas da época bandeirista, o que é indicado pela quase unanimidade dos exemplares deste período encontrados e ainda pelo fato de estar presente naquela região de Minas Gerais onde a influência paulista teria sido considerável, pelo menos na primeira fase da colonização de Minas. Como interpretação funcional, esta solução de planta só poderia alcançar o consentimento coletivo, como de fato alcançou, na medida em que respondesse rendosamente aos termos de um programa peculiar como substância econômica, sociológica, religiosa e doméstica. E uma coisa denuncia essa sensibilidade: é o fato dela acolher, nas suas variantes e evoluções, a repercussão arquitetônica dos fenômenos que ocorriam na própria sociedade bandeirista. Isso é facilmente verificável na volumosa documentação já arrolada pela DPHAN.

Como sistema construtivo e processos de fatura, o conjunto destas residências apresenta uma notável riqueza de problemas que não cabe relacionar no presente trabalho, o qual nem pretende nem poderia aceitar caráter de compêndio. Um deles vale entretanto destacar, já pela sua consequência não só neste período da vida paulista e nas demais fases da evolução regional, mas de um modo mais geral, constituir mesmo um problema genérico da formação de sociedade sob o esquema colonialista que foi moldado pela experiência renascentista da técnica, Refiro-me à aplicação daquelas soluções que, sendo originalmente de compleição técnica, não evoluíram, sob as condições adversas vigentes nas sociedades sob o domínio colonialista, para

níveis artesanais. Trata-se verdadeiramente de um processo de 'artesanatificação' da técnica, resultado da divisão internacional de trabalho e da filosofia que sustentou a montagem das profissões contemporâneas, a partir da Renascença, com base na distinção escolástica entre Prudência e Arte, entre o Agir e o Fazer. Tal distinção, enquanto nos focos centrais do colonialismo servia para estabelecer uma separação rigorosa entre os diferentes setores do conhecimento e do exercício profissional, isolando-se e submetendo-os a um interessado controle da Prudência e do Agir, através do que se reduziu os profissionais ao domínio das classes dirigentes, nas áreas dominadas pelos países colonialistas e imperialistas, proporcionava o desdobramento deste domínio, permitindo atingir a totalidade da sociedade. Nestas circunstâncias, a técnica, que apresenta como dado conceitual dominante o exercício da inteligência, é reduzida, na prática, a uma forma não evoluída na qual não há oportunidade da inteligência se exercer, voltando tudo àquela condição limite do artesanato: o exercício da especialização muscular.

Embora o mundo da técnica também aceite a distinção escolástica mencionada, sendo mesmo este fato uma constante da sua maneira de ser, isto verifica aí porque a técnica trabalha numa faixa de inteligência exclusivamente confinada à lógica clássica e sob o império dos prejuízos tradicionais do periodismo e da mania classificatória. Em que pesem, porém tais limitações, a participação da inteligência é uma condição limite do seu exercício. No artesanato, ao contrário, a condição limite é a especialização muscular. A versão de uma solução já evoluída para termos puramente artesanais, como é o caso em pauta, de 'artesanatificação' da técnica, não impede, como também no caso da técnica ou do artesanato, que as decisões de tipo coletivo manifestem alto nível e capacidade de seleção. A inteligência é, na verdade, minimizada ou desaparece por completo como manifestação individual do criador de particular obra, mas isto não impede que a decisão coletiva, responsável pelo endosso e sistematização de um programa ou de um partido, patenteie um alto grau de discernimento em face dos problemas propostos em termos de interesse geral da coletividade. Na verdade, uma solução qualquer, técnica ou artesanal, pode alcançar a condição de sistemática na medida em que possa representar uma resposta correta e eficiente a determinado

problema tipo, independentemente do técnico ou artesão ir ou não além da pura repetição empírica, a resultados positivos. Tudo funciona como se houvesse uma inteligência coletiva no comando das ações e que apenas recebem o endosso da generalidade dos interessados àqueles resultados que atraem anuência e aprovação na generalidade dos casos tipo.

No caso presente, de escolha de um partido arquitetônico para as habitações das classes dirigentes de uma sociedade particularmente libertada das amarras governamentais ultramarinas, as circunstâncias favorecem para que a inteligência coletiva se manifestasse sem impedimentos de monta. Isso veio valorizar a solução alvitrada, impedindo que o lado negativo da 'artesanatificação' prevalecesse. Noutra situação regional, em que as forças colonialistas se exerciam com maior plenitude, como é o caso do ciclo do café que adiante estudaremos, os aspectos negativos da 'artesanatificação' da técnica se instalaram tão profundamente que a sua erradicação somente surgiu como possibilidade em consequência das próprias contradições internas desse ciclo econômica.

O alto nível de adequação das residências paulistas das classes dirigentes da época das bandeiras, permitiu que muitos exemplares deste tipo de construção sobrevivessem às diferentes e sucessivas superposições de estruturas econômico-sociais, o que não deixa de ser notável, principalmente tendo em vista a precariedade do material utilizado (taipa de pilão e madeira). O mesmo não aconteceu com a arquitetura religiosa desta época, nesta região, a qual, exatamente devido à impropriedade do esquema construtivo adotado, não pode, senão em raros casos, resistir e mal, à ação do tempo e do abandono que as submeteu a superposição de estruturas socioeconômicas supervenientes.

Já no século XVIII o padre Manuel da Fonseca, ao descrever o ambiente e as ações particulares nos quais se teriam realizado os milagres do padre Belchior de Ponte, tem oportunidade de oferecer observações argutas sobre a vida paulista do século anterior; e uma das suas denúncias recai sobre o fato da ruína precoce que perseguira as capelas contemporâneas do seu biografado. No geral, estas capelas possuíam alpendre como agenciamento relacionado com um programa que incluía a severa

divisão de classes e eram construídas com taipa de pilão. Estes dois compromissos conflitavam, e o esquema construtivo adotado pelo partido destas capelas não permitiu a experiência o comprova, uma eficiente amarração para a estrutura alpendrada. Os dois únicos exemplares sobreviventes - capela de São Miguel e capela do sítio Santo Antônio - delatam os aspectos negativos do esquema construtivo adotado na generalidade dos casos, exatamente por constituírem exceção. Tanto num como noutro caso, as colunas do alpendre eram de fatura diversa daquele adotada nas demais partes da construção. Num caso de tijolo, e noutro de pedra. O tijolo, mais favorável à uma boa amarração interna, resistiu melhor; a pedra (caso da capela de Santo Antônio) com argamassa de argila, pouco melhorou o esquema geral, embora na torre, também desta fatura, tenha resistido de forma satisfatória. O fato do arquiteto desta capela ter escolhido processo de fatura diversos da taipa para a execução da torre e das colunas da capela, indica que, já naquela época, o uso da taipa para determinadas partes da construção estaria condenado. Mas esta alternativa não foi suficiente para garantir a integridade do alpendre. Foi encontrado, em 1937, com apenas restos das colunas e realmente ameaçada a fachada vazada, de madeira.

Ainda uma terceira capela desta época, mandada construir pelo padre Guilherme Pompeu ao sopé do Morro do Ibituruna, no município de Parnaíba, e encontrada na mais extrema ruína, conservou dois elementos documentários da maior valia: o altar-mor, justamente reputado como das primeiras peças de arte religiosa brasileira, em contraposição as de arte religiosa portuguesa construída no Brasil, e a marca do alpendre fronteiro, identificável nos alicerces e no remate frontais das paredes laterais.

Dessas três peças da arquitetura religiosa paulista do segundo século, a mais antiga, São Miguel, data de 1622. Embora frei Mariano da Conceição Veloso tenha aí realizado uma reforma em fins do século XVIII, alteando o corpo da nave, ficaram preservadas indicações de um dispositivo (depois restaurado) de particular interesse: o vazamento do "corredor" lateral e seu tratamento com elemento de madeira. Tal dispositivo é anterior ao tratamento da fachada da capela do sítio Santo Amaro, 60 anos depois.

A arquitetura religiosa paulista do segundo século propunha aos arquitetos de então um problema

de relação interior-exterior, como condição de funcionamento da igreja relacionada com a separação de classes e com a lotação instantânea variável. A interpretação arquitetônica deste item da capela do sítio Santo Antônio, mais rica como tratamento plástico e mais drástica como solução funcional, denuncia alguns fatos que merecem destaque especial:

a) mestiçagem arquitetônica de fato, as capelas alpendradas são comuns na Europa Medieval e especialmente na Ibéria, mas o vazamento das suas fachadas parece ter sido uma resultante regional paulista relacionada com a tessitura demográfica característica e com certa intimidade com a tradição da arquitetura árabe.

b) a combinação, num partido único, de soluções de diversas procedências, denuncia a presença de um arquiteto cuja inteligência não estaria inativa frente à complexidade das tendências e dos acontecimentos paulistas.

c) o fato desta solução arquitetônica se haver tornado popular na região paulista indica, por seu turno, duas coisas:

1. generalidade programática;
2. 'artesanatificação' da solução tecnicamente elaborada.

Como armadura dialética, os resultados positivos da época bandeirista conduziram-na ao próprio aniquilamento. As consequências político-geográficas, os retumbantes efeitos econômicos e o deslocamento demográfico para a região das minas, determinaram o despovoamento de São Paulo, o aniquilamento completo do esquema feudal-militar que estava na sua base, a perda de individualidade política e o abandono daquelas instalações que traduziam sua fisionomia especial característica. É importante assinalar que, mais do que o abandono daquela planta peculiar da morada da classe dirigente, a qual não foi total uma vez que a sua experiência, em termos de estrutura e de organização do espaço, foi aproveitada, embora bisonhamente, nas edificações posteriores, mais do que isso a geografia da habitação sofreu uma completa modificação. A ponto de os "restos" de moradas seiscentistas estarem, quando foram identificadas pela DPHAN, afastadas das vias normais

de comunicação e isoladas daqueles pontos que os séculos seguintes haviam referido como focos de sede humana.

O mesmo não ocorreu com os pontos escolhidos para a instalação das precárias unidades urbanas. Estes denunciam uma estratégia peculiar em relação ao quadro geológico, como São Paulo e Taubaté, centros virtuais de compartimentos geológicos bem definidos, ou Itú e Sorocaba, marcos definidores da linha divisória entre faixas geológicas diferentes; esses pontos não só receberam o endosso dos fenômenos posteriores, como demonstraram constituírem as primeiras manifestações de um tipo de preferência que toda evolução paulista iria “trabalhar” com especial agrado. Mas aquele tipo de tecido demográfico pontilhado, e largamente estendido sobre o primitivo “território” paulista, este foi esquecido, como locais e como estilo de tessitura, durante todo o tempo que mediou o período bandeirista e a atual fase da instalação industrial, na qual revive com significativa vitalidade.

O período seguinte, de 1727 até a vinda do Morgado de Mateus com a restauração da Capitania, em 1765, em que pesem os testemunhos tardios de iniciativas, habitações e demais estabelecimentos relacionados com a temática das bandeiras e das descobertas, pode ser interpretado como fenômeno de circunstâncias. Faltou-lhe uma propositura econômica capaz de dar-lhe individualidade definida e própria, com temática autônoma e diretrizes próprias de desenvolvimento. Um exemplo disso está na ocupação e povoamento do litoral norte do Estado.

Enquanto o ciclo das bandeiras dispusera de elementos extraídos do próprio âmbito de exercício e de maneira peculiar de propor seus problemas mantendo com o exterior (e neste exterior se incluem as regiões da Colônia onde compareceu) aquele tipo de relações que o fazia orbitar em torno da temática paulista, e revelando certa autonomia na seleção dos termos que aceitava na composição da sua problemática (embora tais termos procedessem eventualmente de problemas já resolvidos), no caso das instalações do litoral norte de São Paulo, nada ocorre de parecido ou equivalente.

Em primeiro lugar, esta região dificilmente se compõe com os demais do território paulista, sendo restritas e circunstanciais suas relações com o planalto e

mesmo com Santos e São Vicente. Em segundo lugar, os temas econômicos que aceita nem são de molde a repercutir serra à cima, nem conseguem uma substância capaz de lhe permitir alcançasse uma estrutura independente. Consequentemente, suas instalações constituem, literalmente, instalações de circunstância: é o fato desta parte do Estado representar um possível caminho para as Minas Gerais que atrai os colonizadores. Como percurso para as minas gerais era obstado de todos os modos pelo trancamento dos caminhos, o aventureirismo é estancado na sua faina ambulatória e deriva para uma fixação nos engenhos e nas vilas do litoral.

As peças encontradas neste litoral, como “restos” das antigas instalações, excelentes como projetos e geralmente más como execução, indicam que as soluções arquitetônicas aí aproveitadas provieram de uma experiência estranha ao ambiente, e que aí não teriam encontrado mão-de-obra do mesmo nível que desfrutavam nos locais de origem. Além disso, não se deve esquecer que a marinha sul de São Paulo, seria a mais indicada para possível indústria de açúcar, dadas as suas condições topográficas e pedológicas mais favoráveis.

O mais antigo destes engenhos, de meados do século XVIII, precisamente de 1743, o engenho Santana, é de ilhéu e parece ter inaugurado a preferência pelo partido tradicional para os estabelecimentos açucareiros da região, com todas as suas partes componentes colocados sob um mesmo teto. Em contraposição, portanto, à já estabelecida tradição da principal região açucareira da Colônia, no Nordeste, onde o partido aberto se instalara com a maior desenvoltura e firmeza.

A desinteresse da produção regional não seria, na verdade, um suporte suficiente para justificar a maturidade dos projetos dos engenhos encontrados no litoral norte do Estado. Como planejamento geral, sua implantação relacionada de um lado com o transporte marítimo e de outro com o aproveitamento das águas interiores, é tão excedente quanto a organização do espaço construído, especialmente no que se refere à especialização funcional, com uma perfeita organização e separação dos serviços, moradia, igreja, etc., tanto no plano como nos cortes. O fato de um partido como este, maduro, se repetir nas diversas variantes encontradas, revela que aquela condição limite de excelência na arquitetura

tradicional - longa experiência coletiva - foi neste caso, trazida de fora.

Outro tipo de construção que marca o caráter de circunstância da arquitetura do litoral norte de São Paulo é o das fortificações que foram durante este período aí erguidas ou edificadas de novo sobre locais anteriormente aproveitados. Com exceção daquelas fortificações erguidas nas imediações de Santos, as demais, e não foram poucas na vasta costa entre Santos e Parati, eram precárias e cedo ruíram ou desapareceram por completo, naturalmente por falta de suporte econômico que sustentasse sua necessidade de conservação e funcionamento. As construções religiosas não conseguiram, por seu turno, nem um volume nem uma qualidade que pudesse delatar qualquer indício ou fato mais vinculado ao caráter particular desta região paulista. E se mais alguma coisa devesse ainda ser indicada como denúncia desta ocupação acidental desta parte do Estado, durante esta época, valeria chamar a atenção sobre a circunstância de ter desaparecido, exatamente nesta época, a curta tradição de escultura religiosa em terra cota, que durante o século XVIII foi característica do litoral.

Com a vinda de Morgado de Mateus, em 1765, novo período se abre para a região de São Paulo. Ou porque as iniciativas deste governador tivessem, na verdade, um conteúdo desenvolvimentista, ou porque os fatores naturais voltassem a sobrepujar as condições de atraso, o certo é que neste período de 1765 a 1834, ano do Ato Adicional que organizou o poder civil já em termos nacionais, novas zonas foram ocupadas pelo colonizador, novas cidades foram fundadas, inúmeros estabelecimentos de produção foram implantados adentrando o interior até então desabitado, igrejas urbanas reedificadas ou reformadas e outras novas construídas. Como que substituindo os vigorosos impulsos internos que a coletividade paulista dispusera no século anterior, e que fizeram de tão marcada atuação no cenário nacional, a fermentação das ideias que então revolucionavam a Europa repercutiu em São Paulo, incutindo ritmo progressista à população que rapidamente se avolumou. Em 1777 já ostentava 116.975 habitantes, alcançando 158.440 em 1797 e 192.729 em 1805. As antigas povoações, que antes estavam "faltas de gente e sem nenhum modo de ganhar a vida" se enriquecem e novas vilas são fundadas, abrindo novas terras ao cultivo

e à ocupação. No Norte são estabelecidas as vilas de Cunha, São Luiz do Paraitinga e Lorena; no arqueano, na direção das Minas, são fundadas Atibaia e Bragança, e, nos limites do arqueano com a primeira faixa do sedimentário, adentrando pelo sertão, Campinas e Porto Feliz põe a disposição dos novos habitantes as terras férteis de conformação favorável ao cultivo extensivo; Apiaí, Itapetininga e Faxina cobrem a região do Sul, intensificando o comércio de gado pelo Caminho do Viamão, centralizando na Vila de Sorocaba; no litoral Norte a fundação de Vila Bela da Princesa oficializa a ocupação realizada no período anterior, em busca de estabilização. O governo promove censos e determina a reabertura de estradas e fundação de novos núcleos de abastecimentos destinados a proteger o transporte da produção que rapidamente cresce, principalmente nas bandas do sedimentário que se cobre de canaviais e de engenhos. O marques do Lavradio manda vir da Bahia especialistas no preparo do fumo. Tudo se faz para incentivar o cultivo do anil e do algodão. Montam-se fábricas de tecido grosso e de cerâmica, e a fábrica de ferro do Ipanema é posta a funcionar sob a direção do ituano João Manso. Embora de modo precário, e com uma técnica insustentável, intensifica-se a navegação pelo Tietê e a de cabotagem, no litoral Norte. Procura-se instalar um serviço postal com garantia de sigilo de correspondência e as mulheres são proibidas de andarem "rebuçadas". Criam-se "escolas menores" e introduz-se o ensino no plano do saber especializado, inclusive com aulas de "cirurgia". Constrói-se finalmente a Casa de Câmara e Cadeia da cidade de São Paulo e inicia-se a pavimentação das ruas da capital, assim como os trabalhos de saneamento do Tamanduateí.

É claro que se tudo isso reflete de um lado a relativa vitalidade surgida com a restauração da Capitania e como decorrência das pretensões militaristas do Morgado de Mateus, de outro lado representa um ralo sopro longínquo das ideias que varriam o pensamento europeu, desobstruindo-o das formas estruturais medievais e preparando-o para o amadurecimento do capitalismo e advento do imperialismo. Aqueles emperramentos que provocaram a proibição das indústrias (1785) e forjaram Iguatemi, que liquidaram a franquia da cabotagem (1802), embora aparentemente superados pela vinda da família real para o Brasil, na verdade representavam a preparação do país para o

regime da exploração colonial que veio afinal com a monocultura do café, com o criatório extensivo, com a política predatória que foi acolhida pela agricultura. Todos esses fatos significam na verdade uma preliminar para o esquema resolutamente colonial que envolveria o país na fase seguinte. Todas as iniciativas partem do governo ou significam uma ação paternalista governamental. Em termos de tese coletiva, todo esse período não conseguiu levantar uma linha de desenvolvimento capaz de formas explícitas independentes e definidas; a ação oficial acusava uma dependência frente à atuação pertinaz do capitalismo.

As construções e instalações que cobrem o desenvolvimento regional desde 1765 até 1834 não explicitam partidos capazes de representar uma preferência coletiva; ou representam a repercussão de soluções abstratas impostas ao sabor das circunstâncias, como é o caso de algumas residências urbanas e das construções religiosas, ou estão irremediavelmente marcadas pela insubstância que procede da pobreza e da dependência. No primeiro caso estão os exemplos da capela votiva do Pilar, de Taubaté, da reforma da igreja seiscentista de São Miguel, executada por Frei Mariano da Conceição Veloso, que trouxe de Minas Gerais o auge, pelo adobe, técnica geralmente discrepante na área paulista, e nos inúmeros exemplos de construções religiosas executadas em São Paulo, em Mogi das Cruzes, Jacareí, Itú, Sorocaba, Taubaté, Santos, etc., e cuja inconsistência estilística apenas faz eco à própria inconsistência econômica que persegue este período da vida paulista. Isto explica a ausência do esplendor plástico, tão característico do século XVIII, e tão exuberante em Minas, na Bahia, no Rio de Janeiro e Pernambuco.

Um confronto mais detido entre a arquitetura religiosa de Minas e São Paulo do século XVIII revela que abundava naquela o que faltava às construções paulistas: aquela riqueza proveniente da fartura do ouro e da nitidez das teses coletivas de instalação. Às matrizes mineiras do século XVIII ricas como as de Sabará e Antônio Dias, se opõem às matrizes paulistas, mais pobres do que propriamente severas, como as de Porto Feliz e Taubaté; às igrejas das Ordens religiosas mineiras, vigorosas e decididas na sua formulação e na sua definição plástica, como as franciscanas de Ouro Preto ou São João Del Rey, e opõem as igrejas paulistas apoucadas e pobres, sem

pretensão de representar coisa alguma que não fosse uma proteção governamental interessada mas pífia, e o natural fervor religioso da população da época. Enquanto nessa época, em Minas, as construções religiosas têm uma retaguarda armada numa forma gregária bem definida, carregada de intenções e com grande vivacidade no plano da emulação, em São Paulo representam um empenho do governo e do clero, ambos tentando aparentar vitalidade, e sobretudo um desesperado esforço da população em luta contra a pobreza e a insolubilidade da vida coletiva falta de substância econômica.

Dentre as construções civis, a Casa de Câmara e Cadeia (1784/88), o Hospital Militar (1797), o Quartel dos Voluntários (1776/90), o Mercado Público (Casinhas, 1773), o Chafariz da Misericórdia (1792) e especialmente a estrada São Paulo-Santos (1827), chamada Caminho do Mar, constituem coisas e iniciativas governamentais. É verdade que esta ação do governo era acompanhada por um esforço da população, esforço este que é expresso principalmente pelo número de engenhos arrolados pelo Ensaio do Quadro Estatístico de 1834, e espalhados na faixa sedimentária que se dispõe em seguida ao arqueano, na zona de Campinas, Itú e Sorocaba. Vale anotar também que alguns núcleos de população, que não estavam enquadrados na visão oficial, foram instituídos à revelia da inspiração governamental.

Um tipo de construção característica desta época, relacionada com a relativa vitalidade que alcançava a população, é a de edifícios destinados a albergar as tropas e viajantes, localizados especialmente nas saídas das cidades. “Restos” ou apenas lembranças destas construções foram identificadas em Sorocaba e Atibaia.

As edificações mais características deste período paulista estão situadas no litoral, principalmente em Ubatuba e São Sebastião. A mais notável de todas, pela excelência da sua imitação arquitetônica é, sem dúvida uma peça encontrada em São Sebastião (Casa Esperança), mista de residência e comércio, e cujos tetos, decorados no início do século XIX, época que fixa também nesta residência e comércio, e cujos tetos, decorados no início do século XIX, época que fixa também nesta residência, a substituição das portas cegas dos janelões do sobrado por peças envidraçadas

e os gradis do balcão por trabalho de ferro com encaixe para luminárias.

Do ponto de vista das construções rurais, além dos edifícios que serviam à indústria do açúcar e cuja procedência da arquitetura residencial seiscentista é patente em alguns exemplares já identificados em Sorocaba e Itú, vale anotar a arquitetura dos mineiros que, no começo do século XIX, já liquidada a exploração do ouro de lavagem, iniciaram um movimento para São Paulo, trazendo consigo as características das construções montanhesas. Já foi mencionado o caso da reforma da igreja de São Miguel pelo frei Mariano da Conceição Veloso, em fins do século XVIII. Nas construções rurais foram identificadas duas residências que documentam este torna viagem; uma no município de São Luis do Paraitinga (Fazenda Alves), e outra, nas proximidades de Altinópolis (Fazenda Jaborandi), ambas do início do século XIX.

Nada entretanto, que pudesse indicar uma base sólida para a organização da coletividade paulista em termos de determinadas preferências por esta ou aquela solução coletiva, por este ou aquele partido construtivo resultante de específicas condições regionais. E nada, portanto equiparável ao que ocorrera no período bandeirista (1611-1727), nem do que ocorreria em seguida, com uma coletividade perfeitamente alinhada segundo os termos de uma tese principal e de teses ancilares definidas e claras.

O período que vai do Ato Adicional (1834) responsável pela organização interna do país já politicamente independente até 1929, ano em que uma crise internacional estourou a estrutura agrária colonial, tem como tese principal a da instituição do binário urbano-rural, sob o qual se efetuou a ocupação territorial, demográfica e econômica da maior parte do Estado de São Paulo. A população, que em 1834 era da ordem de 330.000 habitantes, ganha uma firme curva de crescimento, atingindo 837.354 em 1872, 1.384.753 em 1890, 2.282.279 na passagem do século, praticamente dobrando nos 20 anos seguintes pois em 1920 acusava 4.592.188 habitantes. Quando estourou a crise de 1929 a população rondava a casa de 6.000.000 com uma contribuição da ordem de... 1.000.000 de estrangeiros naturalizados e imigrantes. Desse montante, quase a metade vivia nas lides rurais e, desta metade, pelo menos 1/3 está vinculada

à cultura do café. Até 1834 existiam 29 sedes municipais, repartidas da seguinte maneira: 7 na zona da capital, e 7 também no litoral; ao norte, na direção da Corte, 6; na direção de Sorocaba e Sul, 5; na zona de Campinas, 2; na zona de Piracicaba, 1 e na zona de Franca, 1. Por outro lado, a produção de café na época do Ato Adicional é da ordem de 600.000 arrobas. Em 1930, dos 243 municípios existentes no Estado, 214 haviam sido fundados sob o regime da economia do café, entre os anos de 1834 e 1929. Desde 1955, quando já contava com uma produção de 4.338,756 arrobas, produzidas em mais de 2.500 fazendas, a cultura do café tendia “a reduzir consideravelmente, e não a absorver todas as demais indústrias agrícolas”.

Atrás desses dados estão os fatos que contribuíram decisivamente para definir o quadro de ocupação territorial demográfica e econômica e cultural da maior parte do território paulista e que, além disso, influenciaram substancialmente no remanejamento daquela parte que fora anteriormente ocupada. E um fato da maior relevância se configura, desde logo, como responsável pelo desenvolvimento regional: é o elevado número de pessoas exigido pela técnica tradicional de cultura, beneficiamento, transporte e comercialização do café. De fato, o grupo de tese ancilares através das quais a tese principal (binário urbano-rural) acolhe as mais diferentes influências que travaram o desenvolvimento regional, cada uma delas têm sempre na sua estrutura e referto manancial demográfico, na sua condição numérica em primeiro lugar, e depois nas demais condições, econômicas, culturais, políticas, etc. Dentre as numerosas teses ancilares que formam esse grupo, seis parecem constituir a família dominante, responsável pelo que há de mais característico na formação paulista deste período. Sua simples enumeração é bastante para denunciar a maneira pela qual se enquadram no contexto geral da evolução paulista e qual a importância de cada uma nos resultados finais deste ciclo econômico.

1. A Conquista territorial por faixas sucessivas e a cultura extensiva constituem uma primeira tese ancilar do ciclo do café. Esta dinâmica geográfica, o estabelecimento de faixas pioneiras sucessivas e contínuas e a cobertura, relativamente rápida, de larga extensão territorial, constituem características peculiares da cultura do café em São Paulo, e ainda hoje se prolongam pelo Norte do Paraná e Sul do

Mato Grosso. O aproveitamento do húmus e do cimento calcário disponíveis em determinados tipos de solos paulistas, juntamente com uma política agrária de tipo predatório, estiveram na base desta decisão tipo. Os espigões, onde o cimento calcário se conservava melhor, e por isso também melhor aquinhoados de florestas e, conseqüentemente, de húmus, apontaram as direções preferenciais para os caminhos do café em demanda do interior do Estado. Os terrenos de baixada, nos quais o calcário fora carregado pela lixiviação, foram postos de lado, quer por motivo da sua acidez, quer porque os vales dos rios que demandam a calha do Paraná, formam canais favoráveis ao percurso de ondas de ar frio provenientes da Frente Polar Continental. Há quem pense que a malária teria afastado a cultura do café das baixadas. É possível que este motivo tenha agido psicologicamente de algum tanto, porém jamais constituiu razão relevante, posto que alguns terrenos ribeirinhos, especialmente ricos, foram largamente aproveitados, como é o caso das margens do rio Mogi Guaçu, na região de Água Vermelha, de cuja riqueza saiu uma equipe de políticos e dirigentes do fim do Império e começo da República.

2. Paralelamente a essa primeira tese ancilar, e naturalmente em consonância com ela, duas outras teses recebem uma definição bastante clara. A primeira diz respeito à distribuição das cidades em rosários estendidos ao longo dos espigões; a segunda está no estabelecimento de uma rede ferroviária de forma dendrítica, também preferindo as diretrizes dos espigões que demandam a calha do rio Paraná, e convergindo para o fulcro São Paulo-Santos.

A tese das cidades em rosário se afigura simplesmente uma decorrência do gosto do café pelos solos mais altos, mas traz no seu bojo os elementos fundamentais do processo evolutivo que sofreram 90% das cidades fundadas durante este período, nascido nas imediações de pequenos córregos, e cujo crescimento lhes impôs uma fuga desses mananciais, inicialmente fontes de abastecimento e depois transformadas em fator negativo, pela poluição e pelas enchentes. Daí uma incoercível tendência das cidades paulistas de instalarem seus centros principais, ou na linha de cumeada, ou tendendo para ela. Note-se ainda, neste sentido, que algumas cidades de certa importância, situadas nas margens de rios volumosos, ou foram criadas antes do período do café, ou representam casos excepcionais de solos férteis ribeirinhos, como

é o caso, já mencionado, na zona do rio Mogi Guaçu. Esta condição do regime urbano no estado de São Paulo é um fator inelegível na tradição negativa da navegação fluvial regional.

3. a rede viária de forma dendrítica, em que pesa representar uma repercussão direta da preferência do café pelos solos de espigão, constitui, significativa e especialmente no caso paulista, um fiel retrato da condição colonial da economia do café, cujo esquema básico reside na exportação da produção primária e importação dos produtos industrializados. Atrás deste esquema está a divisão internacional do trabalho, está a estrutura filosófica que sustentou a formação das profissões sob o regime capitalista, está a tradição preferencial da engenharia (o Gabinete Topográfico foi fundado em São Paulo em 1835 e a Escola Politécnica tinha, na época da sua fundação, o período de aulas coincidente com o entre safra do café) e está, principalmente, aquele processo de involução da técnica para níveis artesanais, que explicam a escala em que as iniciativas de conteúdo explícito progressista poderiam tantas vezes trabalhar no sentido de entravar o progresso e amarrar o esforço coletivo a reboque de interesse contrários ao desenvolvimento regional.

Uma rede viária regional armada especificamente como um dispositivo de transporte destinado a atender, com exclusivismo, ao esquema colonial de economia, certamente se afastou de outras soluções porventura mais inteligentes e equilibradas. Mas a sua subordinação completa a um esquema particular, não só a afastou de uma análise isenta do problema, como a colocou numa posição chave, capaz inclusive de levar o esquema da economia colonial à contradição fundamental deste ciclo econômico, isto é, à metropolização da cidade de São Paulo, primeiro passo para a libertação desse esquema. Como arranjo montado para servir à essa economia, essa rede representa, melhor do que qualquer outro aspecto do desenvolvimento paulista, o retrato de uma dependência econômica e cultural.

4. A simbiose café-ferrovia, aliada às condições particulares da geologia e da pedologia, facultou o surgimento de uma nova tese regional: a formação de zonas centralizadas em cidades chaves. A bitola das mesopotâmias características, e o percurso entre cidades categorizadas como centros nas diferentes zonas do Estado, são os parâmetros que definem tais

compartimentos. Na região oeste do Estado isto se verifica com particular clareza, ao longo das linhas da Araraquarense, do Noroeste do Brasil, da Alto Paulista, da Sorocabana, Araraquara, Rio Preto, Votuporanga; Bauru, Lins, Araçatuba e uma previsão para Andradina: Marília e alternativas para Tupã e Lucélia; Ourinhos e Presidente Prudente. A probabilidade para Lucélia é demonstrada pelo espaçamento maior entre Ourinhos e Presidente Prudente. Este espaçamento maior explicita a interveniência de um novo fator: o transporte rodoviário, colocado pela política oficial em posição de preferência.

Fora da área do sedimentário do Oeste do Estado, Ribeirão Preto, Barretos, Franca, Casa Branca, Botucatu, Sorocaba, Itapetininga, Taubaté, etc., repetem o fenômeno. Nos extremos ainda não completamente ocupados, como Sul de Mato Grosso e Norte do Paraná, nas áreas submetidas ao mesmo impulso de colonização, é perfeitamente possível prever o que acontecerá com os estabelecimentos urbanos existentes, e quais aqueles que terão a responsabilidade de centros das sucessivas zonas e, portanto, quais os esquemas mais rendosos para as vias de transporte.

Esta compartimentação das diferentes zonas do Estado, consequência direta de uma colonização subordinada à economia do café, oferece as condições preliminares para a regionalização da produção e para remanejamento da rede viária existente.

Se no âmbito da tessitura econômica e demográfica regionais essas teses anclares marcam a tônica do ciclo do café, no ambiente estrito das áreas urbanas, pelo menos duas teses devem ser enunciadas: hipodamisação do traçado urbano e tratamento artesanal dos problemas técnicos.

5. Hipodamisação do Traçado urbano. Ao contrário do que aconteceu na América Espanhola, onde o reticulado hipodâmico foi uma imposição abstrata comandada, desde os primórdios da colonização, pela Leys de lo Reyno de las Índias, nas cidades paulistas, o reticulado foi imposto por parcelas sucessivas e tomando como pontos de partida as divisas das glebas. Em consequência, as nossas cidades resultaram numa soma de reticulados parciais, cuja implantação dependeu dos limites naturais (córregos e espigões) que constituíam os

marcos menos sujeitos a controvérsias e pendências judiciais. Esta falta de racionalização do reticulado hipodâmico, que correspondia, em certo sentido, ao próprio reticulado dos talhões de café, representa também uma forma de tratamento artesanal dos problemas de implantação urbana.

6. Tratamento artesanal dos problemas técnicos. Três aspectos desta tese ancilar parecem de particular relevância: o condicionamento das soluções de equipamento às formas de implantação urbana adotadas, o monopólio dos serviços públicos fundamentais e a importação dos estilos.

A dinâmica do desenvolvimento das cidades e seus compromissos iniciais de implantação, juntamente com o aspecto financeiro que desde logo esmaga as administrações municipais, restringindo seu fôlego independente de ação a um mínimo definido pela sua capacidade de reter, no âmbito municipal, uma parcela mínima da arrecadação tributária, colocam o problema dos equipamentos urbanos numa dependência total e num estado de carência crônico. Quando um problema de equipamento é resolvido, geralmente já entrou num regime de desespero, e isto facilita a aceitação de qualquer solução, mesmo as que se afiguram mais contrárias aos interesses locais. Esta circunstância situa as administrações municipais na mais completa dependência dos órgãos estaduais, de técnica ou de crédito, obrigando-as a aceitar, não só aquelas soluções não evoluídas configuradas pelo conhecimento incompleto dos problemas locais, mas especialmente aquelas normas de realização que conduzem os serviços públicos a tipos monopólios inteiramente contrários aos interesses do povo. Nas cidades do interior, tal problema fica muitas vezes no plano simples do mal feito e da solução menor, pois que os volumes financeiros em jogo nunca foram de molde a despertar o interesse dos grupos de cúpula que estava em posição de aproveitar estas disponibilidades proporcionadas pelo esquema capitalista. Na capital, entretanto, e de uma forma mais geral, na implantação dos equipamentos que giravam na órbita estadual, a concessão de serviços públicos fundamentais representou sempre uma forma negativa de dependência de grupos estrangeiros, perfeitamente capazes de absorver o quinhão principal. Em troca, além de uma prestação de serviços geralmente abaixo da crítica, impunham compromissos negativos, no aproveitamento das disponibilidades especiais e técnicas.

A importação de técnicos, que aqui sofriam um processo involutivo no sentido de perder inteiramente a inteligência dos problemas, correspondeu importação dos estilos, que aqui também perdiam a substâncias que, nos países de origem, os explicavam e justificavam.

Tal quadro expressava um regime de dependência econômica e cultural, e representava a etapa preliminar para a desfiguração da maioria dos monumentos deste período, reduzindo-o a um tipo de amostragem de significado consideravelmente restrito. O “art nouveaux” em São Paulo, que ofereceu peças individualmente de primeira qualidade, é um exemplo da aplicação vazia de substância. Enquanto na Europa este estilo equivale a um grito de libertação da modernidade clássica, que emperrava as manifestações artísticas, em São Paulo foi apenas e simplesmente um dos muitos estilos importados por uma classe dirigente submetida, de alto a baixo, ao esquema colonial de economia e de cultura.

Enquanto a arquitetura oficial e religiosa sofreu mais com tal situação, posto que estavam numa dependência mais direta da mentalidade dos grupos de cúpula, a arquitetura de residência, tanto rural como urbana, de certo modo conseguiram se salvar, pelo menos parcialmente, e alcançar maior legitimidade como expressão de cultura regional.

É claro, por tudo o que foi dito, que o documentário mais decisivo desta época é constituído pelo conjunto das instalações que resultara desta fase da formação paulista. Dificilmente se conseguiria destacar uma cidade que, em seu conjunto, pudesse representar, como monumento característico, o ciclo do café com todas as suas implicações e com um mínimo de unidade. Inclusive e principalmente porque os resultados deste ciclo econômico levaram a região a novas proposições, atualmente ainda em curso. Caso totalmente diversos, por exemplo, do que aconteceu com as instalações do ciclo do ouro, cujas cidades, uma vez estancada a fonte de produção principal, estacionaram numa determinada fisionomia urbana característica. Neste sentido, nem mesmo aquelas cidades paulistas cujo desenvolvimento principal se realizou num tempo limitado e que, por isso, oferecem um número maior de monumentos desse tempo, nem mesmo essas cidades apresentam um conjunto cuja unidade justifique sua característica global.

Uma ou outra peça merece entretanto uma atenção especial, quer pela singularidade do seu valor arquitetônico, quer pelo significado histórico eventualmente expresso por essas construções. É o caso por exemplo, das Casas de Câmara e Cadeia de Santos e Atibaia e da Chácara do Visconde, em Taubaté. A Casa de Câmara e Cadeia de Santos, sobre constituir uma peça de arquitetura oficial perfeitamente característica da época (1836), soma à essa condição já de si bastante, aquela de ser o primeiro edifício onde se expressa a instituição do poder civil do país independente, logo em seguida ao Ato Adicional. A sede da Chácara do Visconde, em Taubaté, padrão das tradicionais chácaras que envolviam as cidades do café, e que os loteamentos sucessivos foram abocanhando impiedosamente, foi também a residência que viu nascer Monteiro Lobato, o qual associou a sua imagem à sua obra de literatura infantil, que tamanha penetração e endosso vem alcançando da infância brasileira.

Das sedes das antigas fazendas de café do Estado de São Paulo vale indicar desde logo a da fazenda Pau Dalho, no município de São José do Barreiros, a qual, pela circunstância de ser das mais antigas, das que expressam uma organização especial inteiramente determinada pela monocultura, e ainda, pela experiência do enunciado plástico, merece um destaque. Para cada região e para cada época do longo ciclo do café, é relativamente fácil levantar elementos característicos, portanto, peças também características. As demais zonas cafeeiras do Estado de São Paulo, cada uma referida a um determinado instante da frente pioneira que acompanhou a expansão geográfica do café, todas possuem sedes de fazendas que mereciam preservação. Este fato, entretanto, se afigura de um tipo de interesse todo regional. No sentido de complementar as atividades da DPHAN no Estado, já de há muito (1953) foi sugerido se criasse uma repartição equivalente no âmbito estadual. Apesar de vários projetos terem sido elaborados neste sentido, e todos eles por comissões especialmente designadas, ao final dos trabalhos o assunto é impiedosamente estrangulado pelos interesses menores. Políticos, certamente, porque financeiramente as importâncias que o Estado poderia, e deveria despender, na proteção dos monumentos de interesse puramente regional, são positivamente pequenas em face da responsabilidade que o Estado tem, pelo próprio fato de ser Estado.

Os dois períodos seguintes, um que vai de 1920 até o fim da guerra em 1945, e outro que se inicia neste ponto e hoje está em curso, dizem respeito a problemas que, embora fundamentais pela sua importância na vida da coletividade paulista, não constituem matéria da finalidade desta palestra. Vale, contudo, assinalar, em cada um, qual a tese principal e as teses ancilares, não só para justificar, em conjunto, os critérios adotados para a análise dos ciclos anteriores, mas especialmente para que esta palestra não se resume a uma visão saudosista do nosso passado regional. Na verdade, o estudo do passado e a sua justa computação, somente valem na medida que possam ser instrumentados em apoio e benefício da presente coletividade e para as perspectivas que se abrem para o futuro.

O período que vai de 1929 até 1945 tem como tese principal a Metropolização de São Paulo, como contradição fundamental da economia do café. E as teses ancilares, que expressam, mais de perto, as transformações ocorridas em consequência do rompimento da estrutura econômica do café, das revoluções de 30, 32, 35 e 38 e da guerra mundial, vale referir:

1. policultura, seguida das primeiras tentativas de regionalização da produção;
2. transformação das estruturas urbanas e superação do reticulado hipodâmico, exemplificado nos novos traçados da City e da nova linguagem arquitetônica obtida com arquitetos importados da Europa;
3. estouro da organização dos serviços públicos, especialmente energia e transporte, explicitado pelas conferências de Anhaia Melo no Instituto de Engenharia, em 1933;
4. industrialização forçada pelas dificuldades de importação de produtos industrializados.

A fundação da Universidade de São Paulo e a incorporação dos núcleos de população próximos a São Paulo no próprio contexto urbano da capital, assinalam a passagem para a metropolização de São Paulo. No interior, no âmbito urbano, o fenômeno é caracterizado pela diferenciação das cidades centros e zonas, que passam, desta época em diante, a um nível reivindicatório mais consciente e dirigido no sentido de melhor preparo para as

funções que exerciam neste período seguinte. O quadro, já insustentável, do tratamento artesanal para os problemas de organização das cidades e dos respectivos equipamentos, entra em fase de liquidação.

O último período, que se inicia em 1945, com o findar da guerra mundial, tem como tese principal a montagem de uma nova estrutura econômica-social, e tem o seu fulcro principal na industrialização. Seus problemas fundamentais, expressos em termos de teses, tudo parece indicar, sejam os seguintes:

1. implantação de um sistema industrial a partir da base metropolitana. É indispensável notar que esse ponto de partida não implica em nenhum compromisso urbano exclusivista; ao contrário, há motivos sérios para se pensar que o binário urbano-rural tenha encontrado novamente uma negativa por parte do desenvolvimento regional paulista. A negação deste binário não importa, como pode parecer a um observador desprevenido (ou utópico e idealista, como são os casos de F. L. Wright e das Cidades Jardins) em negação da Cidade; apenas nega o exclusivismo da proposição. Em São Paulo - e no interior também - as novas fábricas que se instalam, não o fazem necessariamente no âmbito urbano. Geralmente preferem servir como ponto de partida para um novo tipo de estabelecimento, que não é mais nem urbano nem rural.

2. Complementação do esquema viário. Já em 1929 a Mairinque Santos expressara o rompimento da antiga estrutura econômica do café, uma vez que implicava na liquidação do monopólio de ligação São Paulo-Santos, monopólio este montado a duras penas pelo capitalismo centralizado na Inglaterra. Substituindo o capitalismo centralizado na Inglaterra, o novo período se coloca sob o comando do capitalismo norte-americano e é com esta base que se movimentam ainda as forças que sustentam o resto do esquema colonialista em São Paulo. Não é possível desconhecer a circunstância das decisões que ainda procuram amarrar o problema viário ao velho esquema colonial são influenciadas pelos resíduos capitalistas, ainda atuantes. O papel do governo tem sido frequentemente negativo, na medida em que de um lado procura apenas melhorar as condições empíricas do transporte, e de outro se furta às responsabilidades que tem em face dos novos termos da estrutura. Quer fugindo

à proposição clara e drástica de complementar o esquema existente com a construção de canais transversais, quer realizando uma política de franco e decidido apoio às rodovias, em detrimento das ferrovias. O primarismo empírico desta política é claro: uma estrada de rodagem exige do governo, uma vez acabada, a pista de rolamento, um mínimo de responsabilidade e participação; uma ferrovia, depois de implantada a infraestrutura, exige uma participação e responsabilidade crescente por parte do Governo.

3. Explicitação do zoneamento funcional das diferentes zonas e cidades principais do Estado.

4. Tratamento tecnológico (em contraposição ao técnico) dos problemas de equipamento urbano e regional.

5. Planejamento urbano e Regional.

Como indícios seguros de que essas teses, embora ainda não expressas por uma orientação permanente, consciente e segura do Governo e das classes dirigentes, estão emergindo da própria ação da coletividade paulista, pode-se citar iniciativas que foram levadas a cabo, na maior parte das vezes como imposições que a opinião pública faz ao governo e às classes dirigentes:

a) fundação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo;

b) planos diretores para cidades no interior;

c) primeira tentativa de planejamento governamental;

d) iniciativas tendentes a implantar os critérios de planejamento, como é o caso dos cursos de planejamento promovidos pelo Departamento de São Paulo do Instituto de Arquitetos do Brasil.